



**A CULTURA
COMO CAMPO DE
TRABALHO PARA A
JUVENTUDE:**

**POLÍTICAS,
EXPERIÊNCIAS E
DESAFIOS**

A cultura como campo de trabalho para a juventude: políticas, experiências e desafios

Sistematização do **Seminário Cultura e Juventude**, realizado pela Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação e pelo Centro Cultural da Juventude (CCJ) no dia 12 de agosto de 2014, por meio do convênio do Programa Jovem Monitor Cultural. O seminário ocorreu no marco das comemorações do Dia Internacional da Juventude e como parte da programação do Mês da Juventude, idealizado pela Coordenação de Políticas para Juventude da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), em parceria com o Centro Cultural da Juventude (CCJ).

São Paulo, outubro de 2014.

Expediente

Redação: Érica Peçanha

Edição: Flávia Landgraf

Revisão: Denise Eloy e Marcel Coronato

Projeto gráfico: Agência Enkel

Peçanha, Érica.

A cultura como campo de trabalho para a
juventude: políticas, experiências e desafios.
Vol. 1 - São Paulo: Ação Educativa, 2015

ISBN 978-85-86382-39-0

1. Juventude. 2. Cultura. 3. Trabalho. 4.
Políticas públicas 5. Seminário Cultura e Juventude



Sumário

Apresentação	03
Formação em cultura: políticas e perspectivas	03
Políticas culturais: algumas diretrizes	04
Políticas de juventude: um breve debate	07
Reflexões sobre programas e equipamentos do município de São Paulo	09
Viver de cultura: iniciativas populares e juvenis	15
Trabalhar com cultura: políticas, estratégias e desafios	19
Referências bibliográficas	22
Sites consultados	22



Apresentação

O Dia Internacional da Juventude, celebrado em 12 de agosto, foi instituído pela Organização das Nações Unidas em 1999, em decorrência da Conferência dos Ministros Responsáveis pelos Jovens, e integra o calendário oficial do Brasil desde 2002. Trata-se de uma data que busca dar visibilidade às questões associadas à juventude em diferentes campos, além de estimular o engajamento de governantes e sociedade civil na luta pela melhoria das condições de vida dessa população.

Para discutir algumas das demandas, bem como o protagonismo juvenil em importantes transformações do país, a Coordenação de Juventude da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e o Centro Cultural da Juventude da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo promoveram, durante agosto de 2014, o “Mês da Juventude”, com uma série de apresentações artísticas e debates em espaços públicos da cidade, tendo como eixos as ações coletivas em diferentes momentos históricos, a violência, os direitos humanos, o esporte e a produção cultural relacionada aos jovens brasileiros.

Realizado no Centro Cultural da Juventude no emblemático 12 de agosto, e organizado em parceria com a ONG Ação Educativa, o Seminário Cultura e Juventude integrou essa programação e teve como discussão central a área cultural como campo de trabalho para jovens. Na primeira mesa de debates, focada nos desafios de formação artística e qualificação profissional, discutiu-se as políticas públicas de apoio, ampliação e fomento implementadas pela Prefeitura de São Paulo, enquanto na segunda mesa foram abordados processos criativos e experiências de empreendedorismo cultural juvenil provenientes das periferias.

O Seminário contou com a participação de gestores, pesquisadores, artistas e empreendedores jovens como debatedores e público participante. Esta publicação sistematiza algumas reflexões, experiências e perspectivas por eles apresentadas, tanto no sentido de ressaltar a importância dessas contribuições, quanto na expectativa de influir em novas ações que possam ampliar a inserção de jovens no mercado de trabalho, assim como expandir suas possibilidades de criação e experimentação cultural.



Formação em cultura para jovens: políticas e perspectivas

Cultura e juventude são noções construídas socialmente e remetem a inúmeros debates teóricos, históricos e políticos. E muito embora a construção de agendas e repertórios de ações em torno delas mobilizem diferentes atores – como movimentos sociais, partidos políticos e organizações da sociedade civil –, ambas têm histórias recentes enquanto objetos específicos de políticas públicas no Brasil e como temáticas que se combinam em ações voltadas para o campo do trabalho.

A cultura sempre foi uma dimensão central para pensar a socialização, a produção de identidades, estilos juvenis e mesmo a atuação da juventude na cena pública. E ao lado da educação e do trabalho, a cultura, em suas múltiplas dimensões, vem se efetivando como uma demanda e um direito nas agendas de diferentes atores organizados em torno das questões juvenis. No entanto, seja nas ações da iniciativa privada, seja nas políticas governamentais direcionadas aos jovens, destacam-se iniciativas de estímulo à fruição e ocupação do tempo livre, ou mesmo, de uso de atividades culturais como um recurso ao combate à violência.

Até mesmo quando se trata das políticas culturais que contemplam públicos amplos e diversificados, a formação para o mercado de trabalho tem sido uma demanda negligenciada, sendo mais constantes as ações focadas no acesso a bens e serviços culturais e fomento à produção. Menos recorrentes ainda têm sido as intervenções do âmbito dos direitos juvenis ou dos direitos culturais que tomam a cultura como um eixo da relação dos jovens com o mundo do trabalho, sinalizando lacunas com relação a programas e projetos de capacitação profissional e inserção produtiva, assim como de fomento à criação e circulação de jovens produtores, suas ações e obras, e seus empreendimentos culturais.

Um olhar para as diretrizes e debates que conduziram alguns desses programas e projetos, especialmente na esfera pública, ajudam a entender como se constituiu esse cenário. E, ao mesmo tempo, podem inspirar novas perspectivas para a superação dessas lacunas.



Políticas culturais: algumas diretrizes

No sentido antropológico, a noção de cultura denota, de maneira ampla, os processos de desenvolvimento intelectual e estético, a referência aos modos de viver e pensar de um povo/grupo, as obras e práticas artísticas. Refere-se a um produto da ação humana, constantemente reelaborado e reavaliado, de modo que não pode ser visto como um dado natural ou estático, ou mesmo, associado a um padrão único de desenvolvimento histórico-social.

Muito além de se restringir a obras e práticas artísticas, ao nível de refinamento e educação das pessoas ou a um estágio de progresso político, econômico, tecnológico e de organização social de grupos e povos, cultura diz respeito à capacidade humana de organizar o mundo em termos simbólicos, isto é, de exprimir identidades e valores (morais, filosóficos, religiosos e estéticos) de um grupo/povo por meio de práticas sociais e objetos. Assim, cultura tem sempre uma dimensão imaterial, que abrange mitos, rituais, línguas, gestos, instituições sociais, artes, ideologias, crenças, teologias etc.; e outra material, que abarca obras, produtos, monumentos, entre outros.

Nessa acepção mais abrangente, cultura não se reduz a um saber especial, produzido e apreciado somente por alguns grupos, povos ou classes sociais, uma vez que todas as pessoas expressam e são suportes das representações simbólicas dos contextos aos quais estão ligadas. Do mesmo modo, entende-se que há variações e especificidades (como cultura brasileira, cultura oriental, cultura negra, cultura popular, cultura erudita, etc.) e não graus diferentes e hierarquizados de cultura, ainda que, no cotidiano das disputas políticas, as escalas de valor e polarizações ainda operem para distinguir padrões e produtos culturais, por conta das disputas ideológicas e de poder que permeiam todos os campos da vida social.

Em função das transformações econômico-industriais, cultura também se refere às atividades que movimentam recursos financeiros, estão inseridas numa cadeia produtiva (indústria da música, mercado editorial, etc.), geram postos de trabalho específicos (artistas, críticos, curadores) e instituições especializadas (como museus e bibliotecas) para possibilitar experiências individuais ou coletivas de criação, fruição, lazer e entretenimento.

Já política cultural pode ser entendida como “programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas” (Teixeira Coelho, 1997, p. 293). Trata-se de um conjunto de ações que envolvem recursos humanos e materiais que podem ser implementadas por meio de normas jurídicas, programas e projetos visando promover nos diferentes níveis da produção cultural: a criação (também no sentido de formar um público), a

distribuição (para criar condições de exibição das obras) e o consumo (que permite a fruição e a reflexão sobre seus aspectos estéticos, sociais e políticos), além da preservação do patrimônio histórico e a organização de um aparelho burocrático especializado.

Especificamente no caso do poder público, políticas culturais dizem respeito não apenas às relações estabelecidas entre Estado e Cultura, mas também às acepções de cultura adotadas pelo Estado e os princípios norteadores das intervenções governamentais em diferentes contextos.

A busca por uma expressão de uma identidade propriamente brasileira iria se efetivar a partir do governo de Getúlio Vargas, nos anos 1930. É nesse cenário que uma série de mudanças na área cultural são executadas pelo Estado, a partir de iniciativas como a criação do primeiro Conselho Nacional de Cultura, o fortalecimento da indústria cultural (como a do cinema, do rádio e da televisão), de órgãos específicos para regular o patrimônio histórico e artístico e fomentar a música erudita, a radiodifusão educativa, o teatro, o acesso ao livro e a cultura popular.

Conforme sinalizam alguns estudos (como o de Brant, 2009; e Ferreira, 2006), mudanças expressivas nas diretrizes das políticas culturais do Brasil voltariam a acontecer somente a partir do golpe militar em meados dos anos 1960, quando o Estado passa não apenas a fomentar e regular atividades culturais, mas também a censurar diretamente e neutralizar manifestações artísticas contrárias ao governo. Embora alguns organismos importantes tenham sido criados (como a Empresa Brasileira de Filmes e a Fundação Nacional de Artes) nessa época, a tônica foi de direcionamento dos processos e produtos culturais como parte do programa de desenvolvimento e segurança do regime militar, onde o fortalecimento do mercado cultural, em especial da televisão, assumiu um papel decisivo.

Somente no final dos anos 1970 surgiriam as primeiras experiências de criação de secretarias específicas de cultura e seus respectivos conselhos, tendo sido a do município de São Paulo criada em 1979. No nível federal, a criação de um Ministério exclusivo para as políticas culturais foi implementado em 1985, já no início do processo de redemocratização, durante a gestão do presidente José Sarney. Entretanto, diante do contexto de crise econômica gerada pelos vinte anos de regime militar no país, um dos rumos tomados pelo governo foi a criação de mecanismos para o mercado empresarial atuar no setor, com a criação da primeira lei de incentivo fiscal para a cultura.

Nos anos 1990, tem-se um esvaziamento de toda a estrutura recém-criada para o Ministério da Cultura e a suspensão dos programas, ficando o investimento no setor a cargo dos governos estaduais e municipais, e também da iniciativa privada, com a promulgação da Lei 8.313/1991, conhecida como Lei Rouanet¹: outro mecanismo de renúncia fiscal por meio do qual o governo busca a participação de empresas e pessoas físicas no fomento à cultura e passa a ocupar lugar secundário como órgão onde os projetos tramitam, seja para obter aprovação para a captação de recursos, seja para a prestação de contas.

Essa lei de incentivo ainda se mostra potente no financiamento da produção cultural do país e só em 2013 mobilizou cerca de 1,3 bilhão de reais. Entre as muitas críticas que se dirigem a ela, a principal diz respeito ao esvaziamento da função pública do Estado na indução do fomento cultural. Soma-se a isso, a desigualdade de acesso aos recursos – já que os investimentos se concentram na região Sudeste, nas mãos de poucos patrocinadores e de artistas associados na grande mídia.

Ao lado do incentivo fiscal, o financiamento à cultura conta com outros aportes criados a partir de 2003. Durante a gestão do Presidente Luís Inácio Lula, o Ministério da Cultura incorpora em suas diretrizes conceituais e políticas, três dimensões da noção de cultura: a simbólica (com o fomento dos signos e identidades), a econômica (que contemplava questões de produção, consumo e emprego no setor cultural) e a cidadã (no plano dos direitos e do combate à desigualdade). Tratava-se, então, de um novo discurso sobre o papel das políticas estatais no campo da cultura e da reorganização da pasta com secretarias para desenvolver novos programas e articulações com a sociedade civil.

¹Em referência ao seu criador: Sérgio Rouanet. A lei introduziu a aprovação prévia de projetos por uma comissão e, entre outros aspectos, instituiu o Pronac (Programa Nacional da Cultura), o FNC (Fundo Nacional da Cultura) e o abatimento fiscal no Imposto de Renda para contribuintes que investem em projetos culturais. Mais informações em: <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/04/lei-8313-de-1991-atualizada.pdf>, acessado em outubro de 2014.

Criado nesse contexto, o Programa Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva² – tornou-se a maior vitrine das novas perspectivas do Ministério, com uma proposta focada na descentralização da formulação e execução de ações culturais, na integração com a educação e outros setores sociais e na valorização da diversidade cultural através do apoio a projetos cujos envolvidos eram cidadãos de baixa renda, comunidades indígenas, rurais e remanescentes de quilombos, jovens em situação de vulnerabilidade social, etc. O Programa buscava incentivar as expressões culturais locais mediante iniciativas como os editais dos Pontos de Cultura, voltados para o incentivo financeiro a iniciativas promotoras de arte, cultura, cidadania, participação popular e economia solidária em todo o país.

Após um processo de retração de recursos, entre 2011 e 2013, o Programa passou por reformulação que prevê, entre outros aspectos, a ampliação do público-alvo (com a inclusão de segmentos como pessoas com deficiência, população sem teto e privada de liberdade) e dos grupos que podem ser reconhecidos como pontos de cultura (inclusive aqueles que não são dotados de personalidade jurídica), além de incorporação de estados e municípios como entes parceiros.

Apesar de encontrar resistência entre alguns produtores culturais, sobretudo por dar visibilidade a expressões de pouca projeção nas cenas da cultura consagrada, o Programa Cultura Viva é celebrado por muitos como um avanço para a descentralização da distribuição dos recursos e legitimação das práticas culturais populares. Um dos seus feitos mais promissores foi ter se transformado em política de Estado em 2014, por meio da aprovação da Lei nº 13.018/2014, já que a história da efetivação de direitos no Brasil é sempre desafiada pela descontinuidade das políticas públicas no Brasil.

Ao mesmo tempo, além das dificuldades sempre presentes em garantir um montante orçamentário significativo, estrutura institucional e programas adequados à promoção cultural em suas múltiplas dimensões e esferas do setor produtivo, mostra-se imperativo a efetivação de ações que permitam a setores mais vulneráveis da população aos meios de produção e fruição, na tentativa não apenas de fomentar novos criadores e consumidores culturais, mas de incluir variadas tradições e narrativas na história da vida cultural do país.

A ideia de que todo mundo é portador de cultura, que é capaz de produzir cultura, ainda não é um dado consolidado. Porque a gente entra na estruturação econômica da cultura: o acesso aos meios de produção, formação e comercialização. E aí se percebe que a cultura vai reproduzir aquilo que estrutura outros setores, como a concentração de renda, a violência, o racismo e as desigualdades. Mas a gente precisa levar a sério esse desejo legítimo de se viver da cultura, de ser um profissional da cultura, entendendo a cultura como setor produtivo e como setor amplo

(Guilherme de Cerqueira Cesar, diretor do Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes, em fala no Seminário Cultura e Juventude).

²O Programa foi criado em 2004, pelo historiador e gestor público Célio Turino e, inicialmente, baseado em cinco ações: Pontos de Cultura (convênios), Escola Viva, Griôs, Cultura Digital, Cultura e Saúde. O Programa se expandiu para a concessão de prêmios e bolsas que contemplassem novas demandas apresentadas pelos Pontos de Cultura, também por meio de editais. Segundo dados do próprio Ministério, em dez anos foram beneficiados e criados cerca de 5 mil pontos de cultura em todas as unidades da federação (www.cultura.gov.br).

Políticas de juventude: um breve balanço

Juventude pode ser entendida como uma etapa do ciclo de vida marcada por mudanças biológicas, psicológicas e culturais pelas quais os indivíduos passam em um determinado contexto. Jovens, por sua vez, são os sujeitos concretos que vivenciam essa transição de maneiras particulares, a depender dos marcadores sociais que cercam essa experiência, como classe, raça/etnia, gênero, etc. Mesmo que a faixa etária correspondente à juventude seja passível de variações, tem sido mais recorrente o recorte que abrange a população com idade entre 15 e 29 anos.

Para além de uma definição, é preciso considerar que há sempre uma interconexão entre ações públicas e representações normativas sobre os jovens, de modo que qualquer política pública de juventude não é apenas reflexo da condição juvenil, mas também age na produção de novas representações sobre os jovens e as relações entre eles e o mundo adulto (Sposito e Carrano, 2003). Assim, a própria noção de juventude, suas questões, demandas, direitos e o conjunto de intervenções públicas e privadas em torno delas variam segundo os tempos históricos e contextos sociais, como desdobramentos de debates teóricos e lutas políticas que se organizam nesses campos.

Especificamente no Brasil, a política universal focada nos jovens encaminhou-se, predominantemente, para a preparação para as práticas tidas como adultas, por isso a educação assumiu uma dimensão fundamental, tanto para o Estado como para as entidades civis. Até os anos 1950, as ações estavam centradas na ocupação do tempo livre com atividades de esporte, lazer ou no encaminhamento para o serviço militar. A partir de 1970, as políticas estatais destinadas aos jovens das classes privilegiadas enfocaram a educação e a formação, enquanto aquelas formuladas para atender aos jovens das camadas populares dirigiam-se à inserção no mercado de trabalho e, em maior número, à prevenção, punição ou resgate de situações de marginalidade e desvio.

Entre as décadas de 1980 e 1990, a visão disseminada dos jovens como desencadeadores de problemas que ameaçam a ordem social, ou personificadores de comportamentos de risco e transgressão, principalmente os oriundos das camadas populares e inseridos nos centros urbanos, direcionou as políticas públicas para as áreas de saúde e segurança, sob o anseio de que tais ações pudessem incidir na diminuição dos índices de violência e no envolvimento dos jovens com o narcotráfico e a criminalidade.

Uma resposta a essa visão estigmatizada da juventude como uma etapa problemática surgiu ainda nos anos 1990, com a percepção do jovem como ator estratégico do desenvolvimento social-econômico, capaz de superar os problemas de exclusão social que o afetam e dar respostas aos problemas advindos dos progressos tecnológico e produtivo que atingem todos os grupos populacionais. Nessa época, as políticas ligadas ao mundo do trabalho, especialmente relacionadas à capacitação juvenil, ganharam relevância, numa tentativa de enfrentar os problemas ligados à inserção produtiva.

É nesse cenário que diferentes estudiosos, como Sposito e Carrano (2003) e autores que integram a publicação organizada por Freitas e Papa (2003), localizam uma série de ações federais e municipais que iniciam a formação de uma agenda pública que toma os jovens como problema político e objeto específico da intervenção do Estado. Essa agenda estava diretamente ligada à transição do jovem no mundo adulto em um contexto de crise no mercado de trabalho e do aumento da violência, que exigia novos diagnósticos e políticas para responder às pautas específicas colocadas pela população jovem.

Um desdobramento importante dessa agenda, e da nova relação estabelecida entre juventude e Estado, foi a criação de organismos específicos, como assessorias, coordenadorias e secretarias de juventude, com vistas a institucionalizar ações que focalizam os jovens, ainda ao longo dos anos 1990. Ligados, predominantemente, a secretarias como Assistência Social, Educação, Esporte e Lazer, esses órgãos se fazem presentes sobretudo no nível municipal e têm como característica a presença de jovens atuando como gestores. Em São Paulo, uma Coordenadoria Especial de Juventude foi criada em 2001, e atualmente tem o nome de Coordenação de Políticas Para a Juventude, com vínculo à Secretaria de

Direitos Humanos e Cidadania.

No nível federal, registra-se em 2005 a criação da Secretaria Nacional de Juventude, responsável por articular as diferentes políticas dos ministérios dirigidas aos jovens e assumir o papel de executora de algumas delas; e o Conselho Nacional de Juventude, um órgão consultivo composto por membros do poder público e sociedade civil. Em 2013, tem-se a promulgação do Estatuto da Juventude, um instrumento legal – Lei 12.852/2013 – que determina os direitos dos jovens³, com idade entre 15 e 29 anos, que devem ser garantidos e promovidos pelo Estado brasileiro.

A partir desse conjunto de iniciativas, evidencia-se discurso em prol de ações que respondam às situações específicas que os jovens ainda enfrentam, como a posição precária no mercado de trabalho, a exposição à violência, as dificuldades de acesso aos níveis de ensino técnico e superior, os problemas de conciliação de trabalho, estudo e vida familiar, a carência de espaços para produção e fruição cultural, práticas esportivas, etc. Trata-se do reconhecimento dos “jovens como sujeito de direitos”, isto é, como demandante de políticas públicas específicas que evocam tanto os direitos civis e políticos individuais, quanto os direitos econômicos, sociais e culturais, e os direitos difusos (como os ligados ao meio ambiente e identidades específicas) (Novaes, 2011).

Esse reconhecimento está diretamente ligado à atuação de múltiplos atores organizados em torno da temática juvenil, como organizações não governamentais, movimentos de juventude, setores jovens de partidos políticos, entre outros. São esses os atores que não apenas tem contribuído para dar visibilidade aos chamados direitos juvenis, como também alimentam um repertório de intervenções, principalmente nas áreas de educação, trabalho, saúde, cultura e lazer, o que indica também a relevância da própria atuação dos jovens na proposição e pressão de novas ações na esfera pública.

O poder público olha pra juventude, esse é só um olhar. Mas a juventude tem o ponto de vista dela, a juventude sabe das suas necessidades e quer dizer essas necessidades, não quer que alguém de fora olhe e diga o que tem que ser feito.

(MC Fino, em fala no Seminário Cultura e Juventude)



³São onze os direitos previstos no Estatuto: Direito à Diversidade e à Igualdade; Direito ao Desporto e ao Lazer; Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão; Direito à Cultura; Direito ao Território e à Mobilidade; Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça; Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil; Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda; Direito à Saúde; Direito à Educação; e Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente (www.juventude.gov.br/estatuto).



Reflexões sobre alguns programas e equipamentos do município de São Paulo

Para além dos organismos voltados especificamente para os direitos da juventude, também cabe aos ministérios e secretarias estaduais e municipais com outros eixos de atuação engajar-se na implementação de políticas que integrem os jovens e suas múltiplas questões. Especificamente no caso da cultura, e a despeito de diferentes gestões e partidos políticos que a conduziram, desde os anos 2000, a Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo vem desenvolvendo algumas iniciativas inovadoras para contemplar as demandas de jovens criadores culturais.

São ações destinadas a estimular a produção, a fruição e a formação na área da cultura, bem como promover as dinâmicas artísticas em bairros desprovidos de equipamentos e recursos. Entre elas, destacam-se aqui o Programa para a Valorização das Iniciativas Culturais (VAI), o Centro Cultural da Juventude, o Programa Jovem Monitor Cultural e o Centro de Formação Cultural Cidade Tiradentes, cujas experiências foram relatadas no Seminário Cultura e Juventude.

O Programa VAI é um mecanismo de incentivo financeiro a projetos artístico-culturais preferencialmente propostos por jovens de baixa renda, que foi implementado como lei em 2003⁴. Esse programa tem por objetivos estimular: a criação, o acesso, a formação e a participação do pequeno produtor no desenvolvimento cultural da cidade; a inclusão cultural; e as dinâmicas artísticas em regiões desprovidas de recursos e equipamentos, especialmente as periferias.

Em dez anos de existência, os recursos liberados por projeto passaram de R\$ 15.000,00 para até R\$ 25.500,00 mil reais. Além do baixo valor do subsídio, dado o número de projetos desenvolvidos e a diversidade de indivíduos e coletivos atendidos, o VAI se diferencia de outras ações de secretarias municipais e estaduais de cultura por ter como segmento prioritário os jovens das camadas populares, com idade entre 18 e 29 anos, que podem pleitear o financiamento como pessoas físicas, por meio de grupos informais ou organizados juridicamente.

Os projetos beneficiados podem abarcar experiências de produção, circulação e fruição em qualquer linguagem artística, ou ainda, atividades ligadas às humanidades, manifestações culturais tradicionais e indígenas, montagem e preservação de acervo, jogos, rádio e multimídia. O processo de seleção é anual e inicia-se com a divulgação do edital de chamamento no início de cada ano, seguido da entrega da documentação para inscrição. Após o término do prazo da inscrição, que é gratuita, a Comissão de Avaliação e Propostas do Programa, constituída por membros do governo e da sociedade civil, analisa e seleciona os projetos, priorizando proponentes iniciantes na área cultural e atividades a serem realizadas em regiões periféricas.

O programa também oferece ações complementares, como oficinas de elaboração de projetos para potenciais interessados, acompanhamento técnico para desenvolvimento das atividades, prestação de contas, além de promover mostras regionais dos resultados dos projetos contemplados. Estimula-se, ainda, que os beneficiários busquem parcerias com a sociedade civil, equipamentos públicos e setor privado para complementar recursos (financeiros, humanos e materiais) ou viabilizar suas ações. E que as propostas contempladas resultem em eventos gratuitos ou com a destinação de, no mínimo, 10% dos produtos e atividades geradas como devolução pública, sob a forma de ingressos e doações.

No período de 2004 a 2013, o VAI beneficiou o total de 1.104 projetos e exigiu o investimento de pouco mais de 21,5 milhões de reais da pasta municipal de cultura. Entretanto, tornou-se tão significativo para a projeção e a expansão das ações culturais na cidade que teve a alteração de seu projeto de lei original

⁴O Programa VAI foi instituído como lei desde a sua implementação. Foi aprovado pela Câmara Municipal de São Paulo como Lei nº 13540/2003, a partir do projeto nº 681/02 do vereador Nabil Bonduki e regulamentado pelo decreto nº 48823/2003, assinado pela prefeita Marta Suplicy. Informações referentes ao Programa podem ser encontradas em: www.programavai.blogspot.com.br

aprovada em outubro de 2013, passando a se dividir em duas modalidades: o VAI 1, que continuará a beneficiar os projetos de jovens de 18 a 29 anos com recursos de até 30 mil reais; e o VAI 2, destinado aos produtores anteriormente beneficiados pelo VAI 1 e que desenvolvam ações há pelo menos dois anos. Em ambas as modalidades, os proponentes podem ser beneficiados com apenas um projeto por vez e este mesmo projeto pode ser financiado por até duas vezes, pois se espera que o Programa tenha caráter formativo e capacite os jovens a disputarem outros editais não segmentados.

Tab. 1 –VAI 1. Inscritos, selecionados e recursos liberados. 2004-2013

ANO	INSCRITOS	SELECIONADOS			TOTAL DE RECURSOS DISPONIBILIZADOS	VALOR MÁXIMO POR PROJETO
		TOTAL	PESSOA FÍSICA	PESSOA JURÍDICA		
2004	650	67	54	13	1.000.000,00	15.000,00
2005	450	71	62	9	1.000.000,00	16.000,00
2006	758	62	49	13	1.000.000,00	17.000,00
2007	777	102	92	10	1.710.000,00	18.000,00
2008	705	115	100	15	2.000.000,00	18.600,00
2009	644	98	91	7	1.855.000,00	19.500,00
2010	679	127	112	15	2.520.000,00	20.692,95
2011	797	147	137	10	3.050.000,00	21.694,45
2012	835	138	129	9	3.100.000,00	23.000,00
2013	926	177	172	5	4.325.000,00	25.500,00
TOTAL	7221	1104	998	106	21.560.000,00	-

Fonte: Secretaria Municipal de Cultura/Equipe do Programa VAI. Elaboração própria, 2013.

As políticas de juventude, ou mesmo as ações públicas que atingem transversalmente os jovens, como é o caso das políticas culturais aqui discutidas, devem ser vistas como intervenções que podem impactar em trajetórias juvenis e influir na construção de projetos de vida (Novaes, 2003; Sposito, 2007). No caso específico do Programa VAI, por exemplo, tem-se uma política que oferece aos jovens de baixa renda a possibilidade de se apresentarem como produtores culturais, acessarem recursos financeiros públicos e passarem por experiência formativa na área da cultura. Assim, para diferentes especialistas (como Abreu, 2010; e Almeida, 2009), o VAI pode ser visto como uma política pública inspiradora no que diz respeito ao campo da juventude, seja por enfatizar a própria produção como um direito cultural, seja pelo modo como foi elaborado e legitimado como uma lei importante para a cidade de São Paulo.

O que torna o VAI o edital mais popular do país? É o que ele traz de inovação: o jeito com o que o poder público olha para o jovem na cidade e para a cultura produzida nas periferias. O VAI inverte a lógica de perceber o jovem como problema, e olha para ele como sujeito de direitos, autônomo e responsável. E o Estado faz um investimento na cultura das comunidades, valorizando as ações que já aconteciam para que elas se potencializem.

(Renato Almeida, assessor da Secretaria Municipal de Cultura, em fala no Seminário Cultura e Juventude)

A elaboração do VAI surge como decorrência da participação de grupos juvenis nos debates que se realizaram entre 2001 e 2002 na Comissão Extraordinária Permanente de Juventude da Câmara Municipal de São Paulo, instância então constituída para escuta, discussão e atendimento das demandas dos jovens e que foi embrionária do Programa (SMC, 2008). Entre as demandas identificadas por tal Comissão, à época, estava a falta de apoio e recursos para a produção e fruição cultural, uma vez que a cultura era reconhecida como uma das relevantes esferas de sociabilidade, construção de identidades e participação social dos jovens. O programa surgia, então, para preencher essa lacuna, assim como outras ações desenvolvidas por gestões posteriores, como a construção de um equipamento público destinado às questões juvenis ligadas ao lazer, informação e cultura (Arantes e Silva, 2009).

O Centro Cultural da Juventude Ruth Cardoso (CCJ) é apresentado como o maior centro público voltado para os interesses da juventude paulistana, mas concentra sua atuação na área da cultura, com programação farta em variadas linguagens artísticas (como audiovisual, música, literatura e teatro) e cessão de espaços e recursos para o desenvolvimento de projetos dos produtores locais. Instalado em 2006, esse equipamento está vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e conta com uma área construída de 8.000 m², dotada de anfiteatro, teatro de arena, salas multimídia, biblioteca, espaço de acesso à internet, estúdio de gravação, laboratório para estudo de idiomas e áreas de convivência.

O CCJ está localizado na periferia da Zona Norte de São Paulo, no bairro da Cachoeirinha, que possui cerca de 142 mil habitantes, 38 mil deles com idade entre 15 e 29 anos⁵. Trata-se do único centro de referência para jovens no município de São Paulo e o único centro cultural público da região, de maneira que, muito além de responder a uma demanda da juventude por um espaço focado em algumas de suas questões, também dialoga com os anseios da população local em ter um equipamento destinado à fruição e ao consumo cultural.

O CCJ funciona de terça a sábado das 10h às 22h, e aos domingos e feriados até às 20h, o que contempla uma antiga reivindicação de coletivos juvenis pela implantação de equipamentos específicos com um modelo de atendimento diferenciado, no intuito de beneficiar jovens que trabalham e estudam no período da manhã ou tarde, ou só têm folgas nos fins de semana. Outra pauta que foi incorporada à sua atuação é a articulação com a cultura da periferia, a partir da inclusão dos artistas e produções periféricas em início de carreira na grade de programação.

Para onde vai o dinheiro é uma decisão política, de orientação, do que a gente entende o que é cultura e o que a gente entende que deve ser feito com o dinheiro público. Antigamente, o CCJ fazia aproximadamente seis contratos por mês, sendo que um ou dois eram contratos de grandes shows, de grande impacto, e esses shows consomem boa parte dos recursos orçamentários. Hoje, a média é de mais de cinquenta contratos por mês, a maioria deles com pessoas físicas, e a maioria com artistas iniciantes que apresentam projetos. Isso é uma inversão de prioridade.

(Alexandre Piero, diretor geral do CCJ, em fala no Seminário Cultura e Juventude).

⁵Informações disponíveis no site www.nossasaopaulo.org.br

Além disso, da própria experiência de composição da equipe do CCJ e dos processos de escuta daqueles que frequentavam o espaço, foi elaborado um programa voltado para a capacitação para jovens que pudessem atuar naquele equipamento. Surgia, assim, o Programa Jovem Monitor Cultural, uma ação da Secretaria Municipal de Cultura para estimular a formação profissional da juventude no campo da cultura.

Aprovado em 2009⁶ e executado a partir de 2010, o Programa Jovem Monitor Cultural tem como objetivos: a inserção socioeconômica, a formação e a experimentação profissional, bem como a continuidade de estudos dos jovens. É um programa destinado àqueles com idade entre 18 e 29 anos, que completaram o ensino médio, e são moradores do entorno de equipamentos que abrigam o Programa.

Os jovens podem participar mediante inscrição no chamamento público anual e aprovação no processo de seleção (que pode incluir análise de currículo, redação, entrevista presencial e dinâmica de grupo). Os selecionados frequentam o Programa por um período no máximo de dois anos, recebendo auxílio-financeiro mensal durante todo o período (atualmente no valor de R\$ 1.000,00). O programa consiste na realização de atividades práticas e teóricas com carga horária semanal de 30 horas, sendo 24 delas de formação prática, com atuação nos setores do próprio equipamento, e 6 de formação teórica, na qual são promovidas atividades de reflexão, produção de textos, visitas monitoradas a espaços educativos e culturais, etc.

Até 2013 o Programa Jovem Monitor Cultural foi realizado como uma ação exclusiva do CCJ Ruth Cardoso, cuja formação dos inscritos estava sob a responsabilidade do Instituto Tomie Ohtake. Ao ser implementado por meio de convênio, a partir de novembro de 2013, o Programa adapta-se ao que determina a legislação que o institui e regulamenta, conforme decreto citado acima e Lei n.14.968/09. Deste esta data, a ONG Ação Educativa passa a executar o Programa dando maior ênfase à produção e as expressões culturais dos artistas e grupos das periferias, no intuito de valorizar essas manifestações populares e urbanas nos processos de construção de repertório dos envolvidos.

Eu participei de vários programas: comecei frequentando o espaço do CCJ, fazendo oficinas, apresentando projetos, ganhei o VAI também e em 2011 entrei no Jovem Monitor. Isso mostra um pouco a importância do poder público na vida de um jovem, mesmo eu, que não pensava muito em política.

(Karen Rego, auxiliar de Direção de Programas e Projetos do CCJ, em fala do Seminário Cultura e Juventude).

Uma iniciativa que combina alguns pressupostos de criação do Programa Jovem Monitor, de capacitação em arte e cultura, e do CCJ, de instalação de um equipamento de arquitetura imponente numa região periférica e com a oferta de um programa variado de arte e cultura, é o Centro de Formação Cultural da Cidade Tiradentes (CFCCT), inaugurado em dezembro de 2012. Trata-se de um equipamento destinado à fruição, mas especialmente voltado para a educação técnica e profissionalizante na área cultural, por meio de oficinas e cursos modulares de formação inicial e continuada.

⁶Pela Lei 14.968/09, que institui o Programa, e Decreto 51.121/09, que regulamenta.

Anunciado desde 2006, o CFCCT contou com recursos predominantemente advindos da Prefeitura de São Paulo (cerca de R\$ 18 milhões), mas também com um aporte do governo estadual (R\$ 3 milhões) e do governo da região de Île-de-France, na França (R\$ 800 mil). Vinculado ao Departamento de Expansão Cultural da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura da Cidade de São Paulo, visa contribuir com a promoção da qualidade de vida dos moradores do entorno por meio da oferta de formação e fruição cultural para todos os públicos, mas principalmente crianças e jovens.

O equipamento está instalado no bairro de Cidade Tiradentes, um distrito-dormitório da Zona Leste paulistana e com população estimada em 212 mil habitantes⁷. A região abriga o maior complexo de conjuntos habitacionais populares do país, com cerca de 40 mil unidades, mas tem índices precários com relação a bens, serviços e equipamentos públicos de educação, cultura e saúde. Especificamente na área cultural, até 2011 o distrito não dispunha de nenhuma sala de cinema, casa de espetáculos ou museu.

O Centro de Formação Cultural da Cidade Tiradentes ocupa um terreno de cerca 30.000 m² e tem 7.300 m² de área construída. Possui cinco pavimentos e espaços diversificados, como teatro, cinema, biblioteca, telecentro, laboratório de idiomas e literatura, teatro, ateliês de arte, anfiteatro ao ar livre, espaço para atividades circenses, área de convivência e centro de memória, pesquisa e documentação do bairro. Este centro foi uma das reivindicações apresentadas pela comunidade nos fóruns realizados durante a construção do equipamento, indicando também a urgência de um espaço para refletir e documentar as transformações sociais e políticas que interferiram na dinâmica da região, com especial atenção às questões da cultura afro-brasileira, que remete às origens da população local.

Desse modo, entre as atribuições do espaço estão: o amplo acesso ao repertório cultural diversificado da cidade; o apoio às ações e atividades culturais da região; a ampliação da formação, do conhecimento, das oportunidades e das habilidades que auxiliem na inserção social da população usuária; a criação de alternativas de lazer e convívio; a formação técnico-profissional na área artística; a pesquisa e a documentação da memória do bairro, de seus habitantes e de seu processo de urbanização; e a articulação das iniciativas locais relacionadas à convergência entre a cultura e o meio-ambiente.

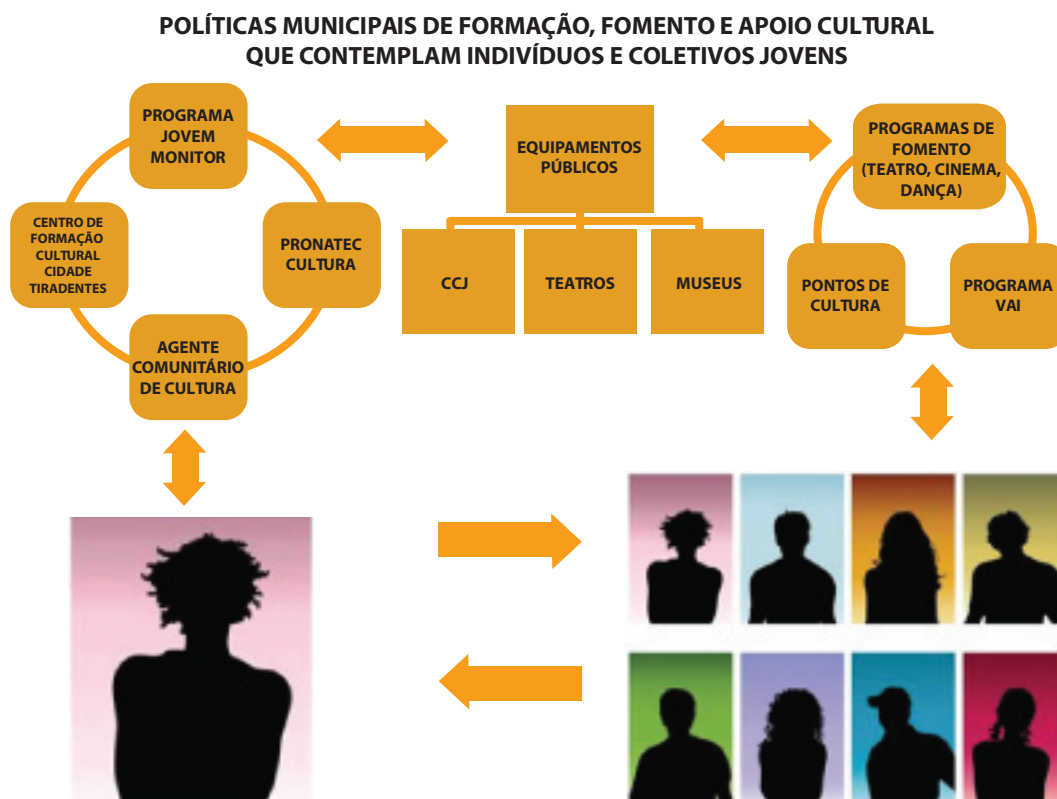
O CCFT é um equipamento vinculado à pasta da cultura, mas que se relaciona diretamente com atribuições por vezes relegadas às secretarias de educação e trabalho, sobretudo porque reflete debates sobre o papel da cultura em espaços educativos e currículos formais e não formais, e tenciona projetos de qualificação profissional que não dialogam com ocupações e perspectivas forjadas nas culturas e movimentos juvenis, ou ainda, às margens de produções institucionalizadas.

Mas para além da formação a ser oferecida no CCFT, registra-se também a oportunidade recente de acesso à educação profissional e tecnológica no campo da cultura via ensino formal, a partir de uma parceria entre a Prefeitura de São Paulo, o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura. Idealizado pelo governo federal e implementado desde 2011 com foco em outros setores produtivos, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Cultura) passou a ser desenvolvido em 2014 com o objetivo de ampliar a oferta de formação profissional, assim como o acesso à renda e o aumento da empregabilidade dos trabalhadores da cultura. A princípio, estão sendo oferecidos cursos gratuitos em áreas como produção cultural, moda, gráfica, web design e ilustração em instituições parceiras, acrescidos de material didático e auxílio financeiro de R\$ 320,00 para despesas com alimentação e transporte. O foco é a população de baixa renda, com idade a partir de 16 anos e baixa escolaridade, já que um dos propósitos do chamado Pronatec Cultura é elevar os índices de escolarização, inclusive com a oferta de cursos profissionalizantes de nível médio na rede de ensino federal.

⁷Segundo dados referentes ao ano de 2011 e disponibilizados pelo Observatório Cidadão da Rede Nossa São Paulo. Desses 212 mil moradores, cerca de 60 mil têm entre 15 e 29 anos (www.nossasaopaulo.org.br).

Também em 2014 começou a ser implementado o Programa Agente Comunitário de Cultura (Bolsa Cultura), fruto de um diagnóstico de políticas culturais que acenava, entre outros aspectos, para a necessidade de criação de um financiamento público de processos criativos e formativos, e que proporcionasse remuneração aos produtores, tendo em vista que os modelos atuais privilegiam o fomento a produtos e práticas⁸. Entre as inovações do programa estão: a oferta de bolsas mensais (no valor de R\$1.000,00) a indivíduos (e não grupos) que atuam na promoção da cultura; o financiamento de um projeto que envolva processos de criação e atuação cultural; a exigência de comprovação da realização de atividades e não dos gastos do recurso; um processo seletivo classificatório em que se avalia o histórico e as condições de atuação dos candidatos (e não os pretensos méritos qualitativos de seus projetos); e a realização de sorteio, no caso de falta de recursos para contemplar todos os classificados; e a contrapartida de acesso democrático aos possíveis produtos gerados (com preço popular ou gratuito, por exemplo).

No conjunto das ações recém-desenvolvidas, o percurso formativo e de circulação de jovens produtores culturais e seus coletivos vem se ampliando na cidade de São Paulo, ainda que suas demandas pelo direito de produzir, difundir e consumir cultura sejam também crescentes.



⁸Esse programa é originário de análises acadêmicas produzidas por Luciana Lima e Pablo Ortellado. A partir de diagnósticos sobre os modelos de financiamento cultural, esses estudiosos elaboraram uma nova proposta e apresentaram aos candidatos a prefeito de São Paulo, tendo três candidatos, entre eles o vencedor do pleito, Fernando Haddad, se comprometido a implementá-la. Para mais informações, ver o artigo: "Da compra de produtos e serviços culturais ao direito de produzir cultura".



Viver de cultura: algumas iniciativas populares e juvenis

No contexto do Seminário Cultura e Juventude, jovens produtores e empreendedores se fizeram presentes e relataram suas experiências e demandas nas temáticas do fomento e da formação cultural. Três delas serão destacadas aqui, a partir dos relatos de seus protagonistas durante o evento.

Uma delas é o Instituto Pombas Urbanas, surgido da iniciativa de Lino Rojas, diretor de teatro chileno que se exilou no Brasil para atuar como professor universitário, mas que optou por desenvolver um projeto de teatro comunitário com jovens em São Miguel Paulista, na Zona Leste. Nesse projeto, iniciado em 1989, o foco do trabalho era a pesquisa de linguagens e dramaturgias que expressasse o contexto humano e social no qual estavam inseridos, a partir de uma prática que se pretendia orgânica e formadora de atores que pudessem produzir e administrar sua própria arte.

Por quinze anos, o grupo sobreviveu de recursos advindos dos espetáculos montados e, sobretudo, da assessoria a eventos e projetos culturais que passaram a prestar. Em 2004, contemplado pelo Programa Municipal de Fomento ao Teatro para a Cidade de São Paulo⁹, o Pombas Urbanas instalou-se na Cidade Tiradentes, iniciando a estruturação de um espaço cultural e comunitário na região.

O Instituto Pombas Urbanas se tornou uma organização cultural sem fins lucrativos que tem por missão promover o desenvolvimento de Cidade Tiradentes por meio da arte. Em um antigo galpão de 1.600 m², o grupo instalou sua sede e a intitulou “Centro Cultural Arte em Construção”, um espaço que dispõe de salas de aula, áreas de convivência, biblioteca, sala de leitura, teatro e cineclube. Mas foi incorporando ao seu repertório de intervenções mais do que atividades de capacitação de fruição na área artística, em função de demandas colocadas pelos moradores do entorno. Assim, além das aulas de teatro, dança e circo, também oferece atividades de letramento e incentivo à leitura e à escrita.

A gente é de uma era pré-edital. Então, a gente aprendeu a criar um fundo coletivo, guardar o dinheiro de oficinas, apresentações e projetos pra ir se remunerando sempre. É claro que a gente faz muita coisa para gerar recursos, mas entende a cultura como um direito nosso e um dever do Estado. Eu quero que acabe o edital, porque assim como a Secretaria de Assistência Social convenia as creches, a Secretaria de Saúde convenia os postos, eu quero que a Secretaria de Cultura legitime e convenie esses coletivos culturais para que as pessoas possam viver disso sem precarizar o seu trabalho, e que elas encontrem maneiras de fazer da sua arte seu projeto de vida, sim.

(Adriano Muniz, ator e fundador do Pombas Urbanas, em fala no Seminário Cultura e Juventude)

⁹Este Programa foi instituído pela Lei 13.279/2002 com o objetivo de apoiar a manutenção e criação de pesquisas e produções teatrais, por meio do repasse de recursos financeiros a grupos profissionais de teatro. São disponibilizados dois editais anuais de chamamento de projetos, a serem selecionados por comissões julgadoras. O dispositivo jurídico determina que o orçamento do programa deve ser provido pela Secretaria Municipal de Cultura e não pode ser inferior a R\$ 6 milhões de reais. Vale destacar que esse fomento é fruto da mobilização e pressão de grupos de teatro paulistanos contrários à predominância de patrocínio via incentivo fiscal da Lei Rouanet e do consequente gerenciamento privado dos recursos públicos.

O Pombas Urbanas organizou um sistema próprio de ensino e autossustentação artística, que tem o jovem como protagonista. Entre as ações que desenvolve estão: montagens e apresentações teatrais; assessoria artística e técnica a projetos de teatro ou focados nos jovens; elaboração e execução de projetos culturais para a população de baixa renda; e capacitação técnica para o fazer artístico. O grupo oferta, ainda, uma programação cultural e disponibiliza seus espaços para uso dos coletivos da região, até mesmo para a organização de festas comunitárias com a finalidade de levantar recursos e apresentações que dão visibilidade a outros produtores culturais locais. Além de pleitear continuamente o reconhecimento artístico e o financiamento público e privado para suas intervenções, o Pombas Urbanas atua em redes, fóruns e eventos diversos que buscam pressionar o poder público na garantia de direitos amplos e potencializar ações integradas nas áreas da cultura, saúde, educação e meio ambiente.

Segundo dados disponíveis na página virtual do grupo¹⁰, o número de frequentadores gira em torno de 20 mil por ano, especialmente os moradores da região, e entre eles, predominantemente as crianças e jovens. Atualmente, 30 pessoas ocupam postos de trabalho e obtém renda a partir da atuação direta no Instituto, sendo 4 deles trabalhadores com carteira assinada. O projeto atual do grupo é constituir uma cooperativa para ampliar o número de contratados, no intuito de garantir renda e combater a precarização das condições de trabalho na área da cultura.

O Cicas - Centro Independente de Cultura Alternativa e Social, é uma iniciativa cultural desencadeada por jovens músicos que buscavam espaços para produzir e fazer circular suas produções e, a partir de 2007, começaram a ocupar e revitalizar um antigo espaço comunitário do Jardim Julieta, periferia da Zona Norte de São Paulo¹¹. Tal espaço, que é cercado por conjuntos habitacionais populares, teria sido abandonado por conta de atos de violência, prostituição e tráfico de drogas na região, ficando por muito tempo estigmatizado por essas circunstâncias.

O trabalho envolveu desde a reconstrução, pintura e limpeza do local até a busca por recursos para a compra de mobiliário e equipamentos, além da visita a outros coletivos, espaços de cultura e instituições da cidade em busca de apoio e referências de atuação¹². Nesse percurso, foram gerados inúmeros debates e enfrentamentos com a Subprefeitura de Vila Maria/Vila Guilherme, inclusive com ameaças constantes de remoção e reocupação da área pelo poder público. Por conta disso, o coletivo entrou com um pedido, em 2010, para a cessão do espaço para fins culturais perante a Prefeitura¹³, e contou com o apoio e reconhecimento institucional da Secretaria Municipal de Cultura.

O projeto do Cicas foi se consolidando, sobretudo, pela atuação em rede com outros artistas e ativistas e pela conquista de alguns editais públicos, entre eles o Programa VAI, e atividades de geração de renda, como a venda de produtos e a organização de shows. Mesmo focado na produção e difusão cultural, especialmente nas culturas produzidas às margens do grande mercado e espaços centrais, em seus sete anos de história, o Cicas desenvolveu atividades bastante variadas – que passam por almoços comunitários, festival de basquete de rua, cineclube, aulas de inglês, artesanato, saraus, oficinas ambientais e apresentações de teatro e música –, o que possibilitou um repertório de intervenções que mesclam acesso à cultura, educação popular, conscientização sobre o meio ambiente e recreação. Mais do que isso, os ativistas ligados ao Cicas também se engajaram em espaços de participação para discutir problemas sociais da região, além de denunciá-los em fanzines e páginas virtuais.



¹⁰ www.pombasurbanas.org.br

¹¹ Parte da história do Cicas está registrada no DVD e no livro *A cultura em luta pela paz*, produzido e vendido pelos próprios protagonistas. Esses produtos foram viabilizados pelo edital de Coedição de Primeiras Obras, do Centro Cultural da Juventude.

¹² Como, por exemplo, o Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade, ligado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, que elaborou um projeto de regularização e adequação arquitetônica da sede do coletivo.

¹³ Pedido de Cessão de Uso de Área Municipal, previsto pelo decreto 47.146/2006 março de 2006. O processo ainda tramita entre a Secretaria Municipal de Cultura e a Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A gente passou a perceber que a gente queria transformar uma realidade, mas a gente estava pensando muito pra dentro. A partir desse contato com a comunidade, passamos a ouvir, porque a gente queria fazer rock, mas eles queriam brincar, jogar bola, ver um palhaço. Coisas que a gente ainda não sabia fazer, mas teve que aprender. A gente também teve noção que vários grupos na cidade tinham essa necessidade de ter um espaço pra protestar, se apresentar, fazer uma reunião, e no espaço público ele teria que agendar horário, seguir uma regra. Nessa mobilização, a gente começou a propor que o Cicas fosse um espaço pra quem quisesse fazer, com autonomia, qualquer coisa.

(Juninho Sendro, gestor do Cicas, em fala no Seminário Cultura e Juventude)

O Cicas disponibiliza uma biblioteca comunitária, um estúdio de produção audiovisual, musical e fotográfica, e um espaço multiuso para oficinas e convivência. O princípio de sua administração é o trabalho colaborativo, tanto entre os gestores do espaço e a comunidade do entorno, quanto entre os gestores e demais coletivos da cidade. Nesse sentido, sugere-se que qualquer grupo interessado em usar o espaço e os equipamentos, ou programar atividades regulares, possa apresentar e gerir suas propostas, na tentativa de constituir um modelo de organização menos hierárquico e de fortalecer os vínculos e a interação entre diferentes artistas, ativistas e coletivos culturais.

Já a Agência Popular Solano Trindade é um empreendimento cultural e solidário com sede no Jardim Maria Sampaio, periferia da Zona Sul paulistana. Começou a ser construída em 2010 por jovens que já desenvolviam ações culturais na região, mas careciam de aportes que viabilizassem financeiramente suas produções e garantissem sua sustentabilidade econômica. E nasce em um contexto de visibilidade e efervescência da chamada cultura da periferia em São Paulo, a partir do apoio de dois dos parceiros mais regulares até hoje: a associação União Popular de Mulheres de Campo Limpo e Adjacências, focada no trabalho educativo e de assistência social; e o Banco Comunitário União Sampaio, que presta serviços bancários e financeiros, além de linhas de crédito produtivo e de consumo local.

A Agência é um projeto coletivo, que foi viabilizado pelo fomento do Programa VAI nos dois primeiros anos de existência. Tem por objetivo principal a compreensão das relações de produção, consumo e comercialização de serviços na área cultural, e seus princípios orientadores estão relacionados ao cooperativismo e associativismo. Trata-se de uma iniciativa singular que conjuga circulação de bens culturais, mercado de consumo e de trabalho, com ênfase no desenvolvimento social e consolidação das expressões populares da Zona Sul paulistana.



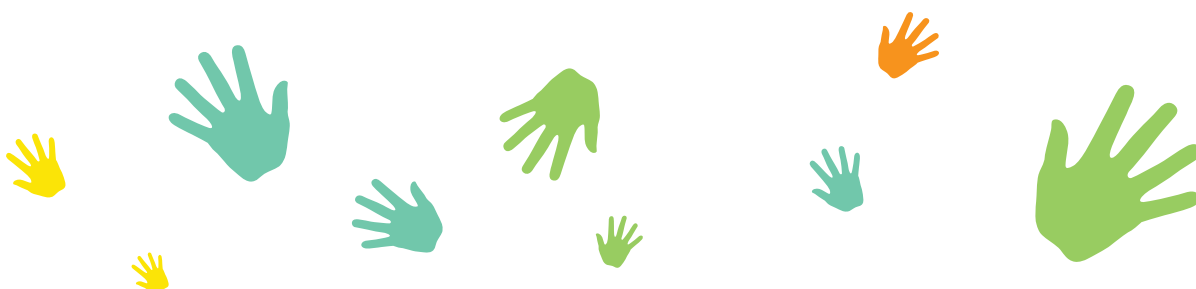
Na quebrada, enquanto tiver projetos, dinheiro e recursos pra salvar o moleque que tá morrendo na ponta da biqueira, eu vou agradecer pra caramba. É lógico que tem muita gente que se apropria desse mercado de cultura, mas acho que a gente tá tentando trazer alternativas com exemplos de fundos colaborativos, ocupação dos espaços, ideias inovadoras e pró-atividade. Ninguém tem ainda a solução do problema, mas se cada trabalho conseguir diminuir drasticamente o problema na ponta, eu fico feliz. Porque a gente trabalha com arte e cultura, mas também com mediação da violência contra a mulher, da tiazinha que não tem o que comer, de problemas que acontecem e o Estado não enxerga.

(Alex Barcelos, integrante da Agência Solano Trindade, em fala no Seminário Cultura e Juventude).

Na prática, a agência atua em três frentes: o fomento a projetos culturais através de um fundo popular de cultura e da oferta de linhas de crédito; a produção e o acesso aos meios de produção cultural; e a comercialização. Sendo todas elas mediadas pelo uso de uma moeda solidária, um sistema complementar ao modelo econômico vigente, cujo valor não é monetário, mas de relações de troca de produtos, serviços e saberes entre produtores que estão trabalhando também pelo desenvolvimento da economia local. A lógica é de circulação e redistribuição dos recursos na comunidade, tendo sido movimentados o equivalente a R\$ 400 mil reais em produtos e serviços nos últimos quatro anos, segundo seus gestores.

Para se integrarem, produtores e prestadores de serviços individuais ou coletivos se cadastram via portal virtual ou presencialmente na sede física do projeto. A sede possui estúdios de gravação musical e de audiovisual e salas multiuso, onde são disponibilizados um núcleo jornalístico para difusão popular e cursos na área de gestão e produção cultural, além de um veículo pra viabilizar a mobilidade dos grupos mediante agendamento.

Os principais métodos de trabalho são a realização de encontros para difusão dos pressupostos da economia popular e solidária e o mapeamento constante dos produtos e serviços culturais e artísticos da região onde atuam (e que já alcança também artistas e coletivos de outros municípios). Esse Mapa Cultural da Quebrada é alimentado, sobretudo, pela inclusão de dados pelos próprios produtores interessados no portal da Agência (como contato e currículo), que funciona também como fonte de informação da agenda dos artistas e grupos, e do cardápio de ações, bens e serviços disponibilizados que podem ser trocados entre os próprios ou contratados por interessados que não estão integrados a essa rede.





Trabalhar com cultura: políticas, desejos e desafios

Uma primeira consideração que se pode extrair das reflexões apresentadas no Seminário Cultura e Juventude diz respeito à conjuntura recente e promissora de desenvolvimento de políticas culturais e políticas de juventude, com a incorporação de demandas de populações historicamente marginalizadas e expropriadas, em especial os sujeitos das camadas populares e moradores de periferia. Ao lado disso, uma série de políticas sociais que contribuíram para a elevação da escolaridade e novas expectativas com relação ao mercado de trabalho, particularmente àquelas voltadas para a inserção dos jovens no ensino superior.

Durante o evento, não se buscou afirmar que se trata da conjuntura ideal – sem limites, contradições e desafios –, mas de valorizar a centralidade da função pública do Estado: enquanto indutor de ações transformadoras em diferentes campos e de efetivação daquilo que se reconhece como direito, e portanto, deve ser estendido a toda a população. Neste caso, direitos culturais referentes às condições sociais de produção, difusão e consumo de bens artísticos (música, literatura, teatro, etc.); e direitos dos jovens em produzir e fruir arte e cultura, bem como se inserir no mercado de trabalho em condições adequadas.

Muitos grupos culturais trabalham com a ideia de que o Estado é inimigo, mas acho isso extremamente equivocado, o inimigo é o mercado, e o mercado se apropria do Estado. Então tem que ir pra disputa do Estado, por recursos no Estado e essa disputa tem que ser ambiciosa.

(Rapaz, em fala no Seminário Cultura e Juventude)

Em tal conjuntura, algumas políticas elaboradas pelo poder público do município de São Paulo, que focalizam jovens e moradores de periferia, tentam abarcar os diferentes níveis do sistema de produção cultural: a criação, com o fomento a produtos, práticas e percursos formativos; a circulação, por meio do reconhecimento e contratação desses artistas; e o consumo, com a construção de equipamentos em regiões desprovidas de recursos e serviços. São políticas legitimadas e apropriadas pela população, e valorizadas no discurso por boa parte dos artistas e ativistas, mas também passíveis de críticas quanto aos seus limites e alcances próprios, entre as quais: o baixo orçamento da pasta; os recursos ainda insuficientes para atender o crescente contingente de interessados; a intermitência de programas e editais; os mecanismos de difusão dos programas que não atingem um número significativo de jovens, especialmente os menos escolarizados e em regiões de pouca efervescência cultural; o impacto em projetos, mas em menor escala na renda dos indivíduos; a inexistência de ações específicas a outras expressões marginalizadas, como a cultura negra; as dificuldades em cumprir metas burocráticas, adequar orçamentos e atender as demandas concretas do público beneficiário de programas e equipamentos.

A gente sabe que não vai resolver pelos editais, pelo pouco orçamento que tem, mas é dever do Estado garantir a cultura como direito, é preciso levantar isso e questionar a capacidade ou incapacidade do Estado de cumprir esse papel. A gente percebe que não tem uma saída única, milagrosa. Todas as experiências só mostram que é muito difícil nesse universo da cultura, mas que é necessário buscar todos os tipos de recursos pra viabilizar a produção cultural, desde o financiamento público até essa lógica colaborativa mais recente.

(Luciana Lima, assessora da Secretaria Municipal de Cultura, em fala no Seminário Cultura e Juventude)

Um segundo aspecto a ser destacado é o discurso em torno da cultura da periferia, dada a multiplicação de expressões, obras e práticas associadas às margens geográficas e simbólicas das metrópoles. Nesse sentido, o que se reconhece não é o ineditismo de experiências de arte e cultura em bairros pobres, mas de visibilidade de distintos sujeitos individuais e coletivos que elaboram e associam seus produtos, linguagens e atuações artísticas aos modos de ser e viver em regiões periféricas.

Esse contexto de efervescência cultural nas periferias coloca outra vez os moradores desse tipo de espaço social na cena pública, tanto porque apresentam novas agendas ligadas ao sistema de produção cultural, como também porque seus produtos, discursos e práticas por vezes têm forte viés político e buscam expressar desigualdades sociais que ainda persistem. E se tornam igualmente visíveis seus arranjos para gerar renda, produzir, fazer circular bens culturais, especialmente a partir de empreendimentos colaborativos e inspirados em princípios da economia solidária; e de redes de atuação – ainda que informais ou pontuais –, composta pelos produtores, coletivos periféricos e outras instituições, como ONGs e o organismos do poder público. Mais do que isso, relatos dos artistas e ativistas evidenciam que, ao falar com voz própria no cenário cultural, os produtores periféricos tornam-se sujeitos de discursos positivos sobre a periferia e passam a agenciar novos lugares para si, tendo em vista que essa afirmação territorial e identitária impacta no modo como eles pensam a si mesmos, as suas relações com seus bairros de origem e o contexto político-cultural no qual se projetam.

Entretanto, essas mesmas condições sociais que cercam e dão singularidade às suas produções e maneiras de atuar não estão isentas a críticas. No Seminário, questionou-se, por exemplo, a precariedade das condições de trabalho desses produtores e seus coletivos; o foco no viés político de seus produtos e intervenções em detrimento do debate estético; a disputa entre coletivos de diferentes regiões da cidade por visibilidade; a falta de colaboração entre grupos; as tensões entre projeção individual e coletiva; o real impacto dos seus trabalhos na formação de novos públicos nas periferias; e a valorização das trocas sociais e solidárias entre produtores em substituição à geração de renda.



É preciso relativizar a visibilidade que está se dando a essa produção, visibilidade que se dá inclusive chamando isso de potência. E com esse nome potência se resgata uma ideia de agência de sujeitos nesse âmbito da arte e cultura, e que eu acho que é preciso, não podemos ficar só nisso, tem que buscar potências em outras áreas. Além disso, tem que pensar que essas experimentações culturais permitem a um número reduzido de pessoas sobreviver disso. A grande maioria dos artistas jovens que conheci fazendo hip hop e funk, por exemplo, em algum momento, teve que se render ao emprego, fazendo isso com muita dificuldade de se inserir. Então, tem que se relativizar e problematizar o trabalho com cultura como perspectiva de vida do jovem.

(Lívia de Tommasi, socióloga, em fala no Seminário Cultura e Juventude)

E um terceiro aspecto diz respeito à imbricação desses dois cenários, a partir da problematização em torno do próprio mote do Seminário: a cultura como possibilidade de trabalho para a juventude, principalmente a juventude popular e periférica. Por um lado, o que se problematizou foi em que medida as políticas públicas e a atuação de coletivos periféricos têm, efetivamente, possibilitado a esses jovens a construção de uma carreira artística e a circulação no mercado simbólico. Por outro lado, foram enfatizadas as tensões inerentes à relação entre arte, trabalho e profissão no Brasil, onde se misturam: as dificuldades de acesso à qualificação de talentos e vocações em diferentes camadas sociais; os problemas relacionados à inserção e permanência no mercado de trabalho cultural; e as dinâmicas desse mercado cada vez mais organizado por leis de incentivo fiscal e editais públicos e não por uma estrutura de formalização das relações de trabalho.

Ao lado disso, e como questões de fundo, estão as próprias dificuldades relativas à participação da juventude no mercado de trabalho, seja pelo desafio de conseguir uma oportunidade de acesso, seja pelo desafio de vencer a precarização dessa inserção, seja pelos limites às possibilidades de alcançarem a emancipação econômica através de um trabalho que gostam e saibam fazer.





Referências bibliográficas

ABREU, James Lemos de. "Cultura e política: o caso do Programa VAI em São Paulo". Tese (Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

ALMEIDA, Renato de Souza. Juventude e participação: novas formas de atuação juvenil na cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

ARANTES E SILVA, Fernanda. "Grupos juvenis e equipamentos públicos: um estudo do Centro Cultural da Juventude da Cidade de São Paulo". Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, 2009.

BRANT, Leonardo. O poder da cultura. São Paulo, Petrópolis, 2009.

FERREIRA, Luzia. "Políticas públicas para a cultura na cidade de São Paulo: a Secretaria Municipal de cultura – teoria e prática". Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade de São Paulo, 2006.

FREITAS, M.V. E PAPA, F. (orgs.). Políticas públicas de juventude em pauta. São Paulo, Cortez/Ação Educativa, 2003.

LIMA, Luciana e ORTELLADO, Pablo. "Da compra de produtos e serviços culturais ao direito de produzir cultura: análise de um paradigma emergente". Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 56, nº 2, 2013, p. 351-382.

NOVAES, Regina. "Entre juventudes, governos e sociedade (e nada será como antes...)". In Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil. São Paulo, Peirópolis, 2011. p. 343-366.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO. VAI – 5 anos. São Paulo, SMC, 2008.

SPOSITO, M. In: Sposito, M. "Introdução: espaços públicos e tempos juvenis". Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo, Global, 2007, p. 5-43.

SPOSITO, M. e CARRANO, P. "Juventude e políticas públicas no Brasil". 2003. Disponível em: <http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/juventude-e-politicas-publicas-no-brasil>, acesso em outubro de 2014.



Sites consultados

<http://www.agsolanotrindade.com>

<http://www.cultura.prefeitura.sp.gov.br>

<http://www.cultura.gov.br>

<http://www.juventude.gov.br>

<http://www.nossasaopaulo.org.br>

<http://www.pombasurbanas.org.br>

<http://www.portalcicas.com>

<http://www.programavai.blogspot.com>